



CNCD – Sistematização resultados Grupos de Trabalho, resoluções para deliberação e proposta de planejamento

MARCOS DAL FABBRO

Consultor Sênior – Contrato nº 113137

Julho de 2013

1. Apresentação

Na perspectiva de fortalecer a atuação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação, bem como tendo em vista os compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro junto à Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – UNCCD, o Departamento de Combate à Desertificação (DCD), unidade técnica ligada à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, contratou, por meio da cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, serviços de consultoria com os seguintes objetivos: Apoiar o DCD-SEDR/MMA (1) na coordenação e na implementação das ações para o fortalecimento institucional da Comissão Nacional de Combate à Desertificação – CNCD e (2) nas iniciativas para o atendimento dos compromissos junto a UNCCD para o CRIC e a COP 11, atuando nos processos de articulação, coordenação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados de cooperação, por meio de plano de trabalho.

No âmbito do referido contrato foram estabelecidos os seguintes produtos:

1. Relatório contendo as diretrizes, metodologia e agenda de trabalho para a III Reunião Extraordinária da CNCD.

2. Relatório com a sistematização dos relatórios dos Grupos de Trabalhos da CNCD e das resoluções a serem apresentadas para deliberação na III Reunião Extraordinária da CNCD.

3. Relatório com um projeto de apoio para a realização de um encontro nacional preparatório, para participação do Brasil na COP 11, contendo a estratégia para sua realização, a metodologia dos trabalhos, programação das ações, os resultados esperados e os respectivos custos com o arranjo financeiro proposto.

2. Estratégia de trabalho adotada

Em decorrência das diretrizes e metodologia apresentadas, conforme produto de nº 1, o Secretariado da CNCD acatou proposta de trabalho, propondo ao Colegiado que se organizasse em ambientes de debate na perspectiva de identificar prioridades e deliberar sobre a agenda de trabalho a ser desenvolvida no biênio 2013/14.

Assim, acompanhamos a III Reunião Extraordinária, realizada nos dias 17 e 18 de junho de 2013, em Brasília, nas dependências do Ministério do Meio Ambiente – Anexo 1, situado à SEPN 505 Norte, Bloco "B", Edifício Marie Prendi Cruz.

Na referida reunião, após abertura no período da manhã, momento comemorativo ao Dia Mundial de Combate à Desertificação, seguiu-se a agenda de trabalho da CNCD, organizada da seguinte forma:

17 de junho de 2013 - período da tarde

- ✓ Apresentação Diretor de Combate à Desertificação – avanços na agenda de combate à desertificação
- ✓ Proposta de metodologia e formação de grupos de trabalho – Consultor Marcos Dal Fabbro
- ✓ Organização dos ambientes de trabalho a partir de temas prioritários (debates)

18 de junho de 2013 – período da manhã

- ✓ Organização dos ambientes de trabalho relatando temas prioritários
- ✓ Fala dos conselheiros

18 de junho de 2013 – período da tarde

- ✓ Sistematização das contribuições dos ambientes de trabalho – Consultor Marcos Dal Fabbro
- ✓ Apresentação da sistematização e deliberação do Colegiado – Consultor Marcos Dal Fabbro

De fato o que observamos foi um intenso debate em todos os ambientes de discussão, com a participação efetiva dos membros da Comissão e uma forte expectativa em relação a uma agenda de reuniões e ações da CNCD capazes de lhe conferir um papel central na agenda de Combate à Desertificação.

Assim, há um conjunto significativo de temas e encaminhamentos decorrentes da III Reunião Extraordinária, informações que apresentaremos a seguir, inclusive, com uma proposta de plano inicial de atividades. Os temas se organizam em PPA e Políticas Públicas, Revisão do PAN – Brasil, Comunicação, Manejo Florestal e Matriz Energética e Funcionamento do Colegiado.

Ademais, para efeito das deliberações, conforme relatado acima e detalhado a seguir, apresentaremos uma análise crítica das propostas da CNCD, com sugestões de encaminhamento e formas de organização dos trabalhos (propostas de resoluções criando câmaras técnicas), bem como propondo uma agenda inicial de reuniões que poderá ocorrer simultaneamente às próximas reuniões do Colegiado, ainda em 2013.

Ressaltamos que em decorrência da dinâmica de trabalho na III Reunião Extraordinária, as propostas de resolução, que integram os resultados deste produto

de consultoria, serão objetos de análise por parte do Departamento de Combate à Desertificação e, se assim entender, apresentação para análise e deliberação do Plenário da CNCD em sua a próxima reunião ordinária (o Regimento Interno indica – Capítulo IV – Art. 28º - que propostas de resoluções que criam Câmaras Técnicas devem ser de iniciativa do Presidente da CNCD ou de, no mínimo, quinze de seus membros).

3. Sistematização das propostas dos ambientes de trabalho

3.1 Ambiente 1 - Políticas públicas e PPA

A CNCD deliberou conforme a segue:

1 – Debater sobre políticas prioritárias, sistematizando-as para avaliação e proposições da CNCD: Plano Safra para o Semiárido (organizado pelo MDA e a ser lançado em julho de 2013) e Política de Convivência com o Semiárido (pacto a ser firmado entre as esferas de governo e sociedade civil)¹;

Obs: segundo relatos dos membros da CNCD há um plano para o semiárido que estaria em elaboração pela Casa Civil.

2 - PL 2.447/2007 – Projeto de Lei de autoria do Senador Inácio Arruda – PC do B/CE. Relator na Comissão de Constituição e Justiça – Deputado Márcio Macêdo – PT/SE. Em pauta no plenário da Câmara Federal em 24/04/2013 com pedido de urgência – não votado.

Referência:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=377206>

3 - Elaboração de Programa Nacional de Recuperação e Conservação de Solos, com incentivos de bonificação (sugestão do plenário de pautar, no futuro programa, metas de recuperação de áreas degradadas – Ex: 1 milhão de hectares recuperados);

4 - PPA, Fundos Setoriais – criação de espaço na CNCD capaz de analisar orçamento federal e instrumentos de fomento na perspectiva da análise e acompanhamento;

5 - Políticas de Uso e Ocupação do solo e Licenciamento Ambiental – a CNCD apontou que tais temas são fundamentais para o debate em relação às ações com algum potencial de degradação de terras, tendo em vista o planejamento e usos eventualmente autorizados.

¹ - Trata de políticas públicas ou de propostas de políticas entendidas como prioritárias, muito embora outros temas possam ser identificados pela CNCD e encaminhados para análise de Câmaras Técnicas.

6 - Demais temas citados:

- ✓ Estratégia financeira da SEDR/MMA em relação à capacidade de financiamento da política;
- ✓ Sinergia entre as convenções (Desertificação, Mudanças Climáticas e Biodiversidade);
- ✓ Monitoramento dos processos de desertificação nos estados;
- ✓ Alternativas econômicas para fazer frente ao modelo produtivo, muitas vezes degradador de terras.

3.1.1 Análise das proposições e sugestões de encaminhamento

Observa-se, a partir das discussões desenvolvidas no ambiente “políticas públicas e PPA”, que os membros do colegiado trataram de diversos temas relacionados à pauta de combate à desertificação. Ao analisarmos o conjunto de prioridades indicadas é possível sugerir alguma organicidade para que a Comissão possa, a partir disso, estabelecer os meios que viabilizem os futuros debates, bem como os encaminhamentos decorrentes.

Observam-se algumas grandes preocupações: políticas públicas que fomentam o desenvolvimento da região, em especial no meio agrário; ações com capacidade normativa e de organização da intervenção estatal e privada; e iniciativas de planejamento e pactos com finalidade de orientar políticas públicas (federais e estaduais). Se isso é verdade, os diversos temas pautados poderiam ser agrupados em Fomento, Normas/Legislação e Planejamento, de tal sorte a aperfeiçoar e profissionalizar os trabalhos da Câmara Técnica, tendo como princípios a “especialização” e “foco”, conforme segue:

- ✓ Fomento: Plano Safra para o Semiárido, Fundos Setoriais e Programa Nacional de Recuperação de Solos (a ser elaborado)
- ✓ Normas: PL 2.447/2007, Uso e Ocupação do solo e Licenciamento Ambiental;
- ✓ Planejamento: Análise do PPA e Plano para o Semiárido (pacto)

A partir dessa proposta de organização a CNCD poderia ouvir o plenário, identificando, dentre seus membros, grupo de pessoas para tratar de tais assuntos e constituindo - Câmara Técnica “de Articulação, gestão e legislação²”, composta de subdivisões ou grupos de trabalho.

3.1.2 Planejamento dos trabalhos

² - Conforme veremos adiante, a CNCD propôs denominações para as Câmaras Técnicas.

O Regimento Interno indica que a CNCD tem a seguinte estrutura: plenário e câmaras técnicas, esta última criada por meio de resolução (Seção I – Da Estrutura – Artr. 3º).

Assim a primeira providência seria elaborar³ e aprovar o dito instrumento que deveria conter⁴:

- ✓ Objetivos/finalidades
- ✓ Composição

Ademais, se a CNCD também aprova um planejamento inicial, teríamos as Câmaras Técnicas instituídas com uma missão já definida para o curto prazo e sem prejuízo de outras deliberações do Plenário.

Segue, portanto, proposta de agenda tendo como base as deliberações da III Reunião Extraordinária:

Quadro I – Planejamento Inicial - Câmara Técnica Articulação, gestão e legislação.

Ação	Responsabilidade	Ação Câmara técnica	GT Responsável	Quando
Agenda Câmara dos Deputados sobre o PL 2.447/2007	Secretaria Executiva da CNCD realiza pedido de agenda	Membros da Câmara Técnica destacados para participar da atividade.	Normas	Setembro de 2013, em Brasília
Formular convite ao MDA para apresentar Plano Safra Semiárido	Secretaria Executiva da CNCD	Analisar documentação relativa ao Plano Safra, permitindo interlocução junto aos gestores da ação.	Fomento	Agenda reunião CNCD em outubro de 2013, em Brasília
Formular convite Casa Civil para debater a Política de Convivência com o Semiárido (Pacto)	Secretaria Executiva da CNCD	Analisar documentação relativa ao Pacto, permitindo interlocução junto aos gestores da ação.	Planejamento	Agenda reunião CNCD em outubro de 2013, em Brasília
Programa Nacional de Recuperação e Conservação de Solos	Câmara Técnica	Análise dos programas existentes no âmbito federal.	Fomento	Reunião da Câmara Técnica em novembro de 2013, em Brasília
PPA	Câmara Técnica	Analisar documentação disponível	Planejamento	Reunião da Câmara

³ - O tópico de nº 4 apresenta proposta de resolução para as Câmaras Técnicas.

⁴ - Essa mesma “estrutura” serve as demais Câmaras Técnicas.

Ação	Responsabilidade	Ação Câmara técnica	GT Responsável	Quando
		recomendendo ao plenário acompanhamento/interl ocação com gestores públicos.		Técnica em novembro de 2013, em Brasília
Planejamento 2014	Secretaria Executiva CNCD e Câmara Técnica	Avaliar agendas realizadas em 2013 e temas prioritários identificados pelo plenário, elaborando plano de atividades a ser apresentado ao plenário na 1ª reunião ordinária de 2014	Todos	Reunião da Câmara Técnica em janeiro de 2014, em Brasília
Uso e Ocupação do Solo e Licenciamento Ambiental	Câmara Técnica	Analisar políticas existentes recomendando ao plenário acompanhamento/interl ocação com gestores públicos	Normas	Na 1ª reunião CNCD em 2014.

Obs: em 2012 o CONSEA promoveu debate e consultas relacionadas às políticas de convivência com a seca, aprovando exposição de motivos, documento encaminhado à Exma. Presidenta da República. O documento aborda alguns temas, tais como uma Política específica e relacionada ao semiárido. Recomendamos, portanto, que nos trabalhos da Câmara Técnica seja realizada interlocução com o CONSEA a fim de acompanhar o desdobramento e possíveis sinergias entre a CNCD e o Conselho de Segurança Alimentar.

Referência:

<http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/noticias/2012/junho/consea-aprova-exposicao-de-motivos-sobre-semiarido>

3.2 Ambiente 2 - PAN (revisão e alinhamento UNCCD)

A CNCD discutiu as ações de revisão do PAN, bem como o alinhamento à Convenção, definindo:

1. Que na revisão do PAN sejam abordados a abrangência espacial e climática, bem como o alinhamento à estratégia decenal – UNCCD e;

2. Que a revisão do PAN possa indicar estratégias de financiamento e execução da política nacional de combate à desertificação (cronograma, custos e prazos).

Nesse contexto, a CNCD identificou as seguintes condicionantes para os trabalhos, em especial:

1. Revisão com ampla participação social;
2. Promover o diálogo entre o PAN e os PAEs na perspectiva de fortalecer estratégias federativas (união, estados e municípios);
3. Abordagem, no PAN, de temas como a mineração e energias renováveis;
4. Discussão e atualização (inclusão e exclusão) das áreas susceptíveis à desertificação, considerando inclusive paisagens especiais (ex: ilhas oceânicas);
5. Discussão e debates sobre pagamentos por serviços ambientais, políticas para Povos e Comunidades Tradicionais, Agroecologia e recuperação de nascentes e;
6. Sensibilização e capacitação dos estados para que participem das dinâmicas da UNCCD, facilitando a elaboração de relatórios anuais, bem como de outras ações relevantes no âmbito da convenção.

Portanto, há uma extensa agenda de trabalho que pode conduzir a uma revisão do PAN - Brasil, sendo necessário estabelecer o espaço adequado para tal finalidade, bem como uma programação de trabalho.

Temos, mais uma vez, a caracterização de ambientes bastante específicos, quais sejam: 1 – a abrangência do PAN, ou seja, quais são as áreas de atuação do plano; 2 - Ações previstas (que envolve a discussão sobre o financiamento da política, execução e prazos) e 3 – Interlocução com os PAEs.

3.2.1 Planejamento dos trabalhos

Mais uma vez aqui teremos a criação de uma Câmara Técnica⁵ que possa conduzir tais debates, subsidiando deliberações da CNCD. Tal estrutura também poderia se organizar em Grupos de Trabalho, abordando especificamente a Área de Atuação, Ações e Interlocução.

Necessário ter em conta que tratamos de um Plano em execução, ou seja, o PAN - Brasil conta com desdobramentos nos estados (PAEs), bem como o Departamento de Combate à Desertificação desenvolveu inúmeras atividades na perspectiva de apoiar sua execução (ações de articulação, destacando orçamento e apoiando projetos, etc), assim como parceiros do MMA e dos estados desenvolvem ações nessa perspectiva.

A revisão do PAN Brasil deve, portanto, e ao mesmo tempo em que estabelece os debates que permitam rever a área de atuação, realizar uma análise dos avanços e

⁵ - O tópico de nº 4 apresenta proposta de resolução para as Câmaras Técnicas.

resultados de tal sorte a identificar eventuais ajustes no desenho do plano e as limitações para a sua efetiva execução.

Tal iniciativa seria muito bem vinda vez que não somente se ocuparia de apresentar um novo Plano, mas sim efetivamente redesenhar na perspectiva de aprimorar e atualizar, incorporando, por exemplo, novas políticas públicas capazes de apoiar sua execução, assim como manter exaustivo diálogo com os estados para uma avaliação do atual estágio de execução dos PAEs, buscando nesses parceiros informações, gargalos, debilidades, bem como soluções, permitindo que a revisão do PAN esteja em sintonia com a demanda regional/local.

Importante observar que uma ação dessa natureza pode subsidiar a Câmara Técnica de Articulação, gestão e legislação no estabelecimento de agendas de debates e/ou análises de programas e ações, braços operacionais das políticas públicas (Ex: o Plano Safra para o semiárido – quais são as implicações no PAN Brasil?).

Eventualmente, para que um plano esteja sempre atual, uma alternativa é avaliar resultados, indicar metas no médio e longo prazo, realizar ajustes nas ações necessárias para a execução do plano e a realização de planos operativos anuais ou bianuais. Fica a sugestão para análise.

Quadro II – Planejamento Inicial - Câmara Técnica revisão do PAN

Ação	Responsabilidade	Ações Câmara Técnica	GT responsável	Quando
Revisão da área de atuação	Câmara Técnica	Convoca discussão sobre a área de atuação, estabelecendo, inicialmente, proposta de calendário para a revisão do PAN (em relação a área de atuação), identificando insumos necessários, calendário de debates com instituições que devem ser convidadas, outros.	Área de atuação	Em outubro de 2013, em Brasília.
Análise dos	Câmara Técnica	Propõe método e	Interlocução	Em

Ação	Responsabilidade	Ações Câmara Técnica	GT responsável	Quando
PAEs		ações para avaliação do atual estágio de execução dos PAEs, abrindo diálogo com os estados.		outubro de 2013, em Brasília.
Execução	Câmara Técnica	Propõe reunião conjunta com a Câmara técnica de Articulação, gestão e legislação para identificação de programas, ações e gestores responsáveis promovendo interlocuções e debates (reuniões e/ou agendas para a CNCD).	Ações	Em data a ser definida

3.3 Ambiente 3 - Comunicação

Conforme mencionado nos documentos anteriores à reunião da CNCD, o ambiente de comunicação contou com uma proposta de trabalho elaborada pelo GT, que em boa medida orientou os resultados, conforme deliberação do Plenário, indicados a seguir:

1. Estruturação de uma equipe especializada no âmbito da Secretaria Executiva da CNCD;
2. Elaboração de estratégia de comunicação via internet, bem como através de rádio, TV, materiais impressos e outros para a divulgação para todos os públicos (gestores de política e sociedade);
3. Fortalecimento de espaços de comunicação já existentes, tais como a rede de desertificação, INSA, ASA, etc;
4. Capacitação in loco de profissionais da área de comunicação para os temas ambientais com ênfase na desertificação.

Conforme pautado acima, recursos humanos são fundamentais para a estruturação da Secretaria Executiva da CNCD. Nessa linha e em consonância com o que apontamos no 1º produto desta consultoria, trata-se de avaliar as competências profissionais e capacidade de trabalho instalada no Departamento de Combate à Desertificação, permitindo identificar a estrutura que estaria à disposição do Secretariado.

No caso específico, a comunicação, essencial avaliar a possibilidade de apoio da Assessoria de Comunicação do MMA, analisando, inclusive, outras experiências de órgãos correlatos, tais como o CONAMA, que conta com um departamento exclusivo que apoia as atividades do Conselho (como se dão os processos comunicativos no CONAMA, que detém vasta experiência?).

3.3.1 Planejamento trabalhos

Nesse contexto, talvez umas das primeiras ações da Câmara Técnica que ficará com a atribuição de discutir o tema seja a de promover consultas, tais como acima indicado, assim como avaliar a possibilidade de cooperação com outras instituições (INSA, ASA, etc) na perspectiva do fortalecimento do tema dentro de espaços já criados.

Quadro III – Planejamento Inicial - Câmara Técnica Comunicação e Formação

Ação	Responsabilidade	Ações Câmara Técnica	Quando
Estabelecer avaliação crítica sobre os meios, forma e apoio disponíveis e relacionados à comunicação	Câmara Técnica	Estabelece diálogo com o CONAMA e Assessoria de Comunicação do MMA, dentre outros.	Em outubro de 2013, em Brasília.
Cooperação para fortalecer canais de comunicação	Câmara Técnica	Avalia sites e outras ações de comunicação desenvolvidas por órgãos parceiros, propondo ações de cooperação.	Planejamento a ser estabelecido dentre os membros da Câmara técnica
Planejamento das atividades de comunicação	Câmara técnica	Discute e propõe plano de comunicação.	Em novembro de 2013, em Brasília

Obs: uma ação não abordada pela CNCD diz respeito a efetiva comunicação entre o Secretariado e os membros da Comissão e, portanto, relacionada ao seu funcionamento, tema que será abordado mais adiante.

3.4 Ambiente 4 – Manejo Florestal/Matriz Energética

A CNCD entendeu que ações destinadas ao manejo florestal, bem como o debate sobre a matriz energética são estratégicas no combate à desertificação, especialmente no semiárido, dado o potencial degradador das ações de supressão da cobertura vegetal para fins energéticos – lenha, quando não acompanhadas do manejo florestal adequado, bem como o potencial forrageiro que ações de manejo podem conferir.

As discussões, portanto, pautaram dois leques de ações, com deliberações, conforme segue:

- ✓ Planejamento energético:
 1. Promover o planejamento energético das ASDs, por meio de debates com gestores públicos (MME), bem como a partir de seminários;
 2. Demandar apoio das políticas de fomento para projetos que visem à qualificação tecnológica de fontes energéticas;
 3. Promover a divulgação de fontes renováveis de energia (solar, hidráulica, eólica e biomassa).
- ✓ Manejo Florestal
 1. Formular e promover uma estratégia de comunicação sobre manejo sustentável, bem como de manejo integrado;
 2. Divulgar experiências bem sucedidas de manejo florestal com fins energéticos;
 3. Discutir e difundir política que concilie manejo integrado com incentivos/bonificações;
 4. Promover política de incentivo à conectividade entre áreas protegidas por meio do manejo integrado.

Como se pode observar, o debate estabelecido em relação ao tema, bem com as atividades identificadas, tem o potencial de indicar agendas para as Câmaras Técnicas de Articulação, Gestão e Legislação, de Comunicação e Formações, bem como de Revisão do PAN por tratar, substancialmente, de planejamento e debates sobre políticas destinadas ao manejo florestal e matriz energética, ações de formação, de comunicação e de interlocução com estados.

3.4.1 Planejamento do trabalhos

Nesse sentido, conforme abaixo, avaliamos que para o devido tratamento do tema, um caminho é realizar o debate dentro de Câmaras Técnicas, permitindo organizar a intervenção

da CNCD, seja a partir de agendas com gestores de políticas públicas, seja em outras ações avaliadas como oportunas e viáveis.

Tabela IV – Distribuição dos temas prioritários Manejo/Matriz Energética junto as Câmaras Técnicas

Atividade	Câmara Técnica
Promover o planejamento energético das ASDs	Câmaras Técnicas de Articulação, Gestão e Legislação e a de Revisão do PAN uma vez que a atividade demanda políticas públicas e eventual desdobramento no PAN-Brasil
Qualificação tecnológica de fontes energéticas	Câmara Técnica Ciência, Tecnologia e Conhecimento Tradicional
Política de incentivo à conectividade entre áreas protegidas	Câmara Técnica Articulação, Gestão e Legislação
Incentivos econômicos e manejo integrado	Câmara Técnica Ciência, Tecnologia e Conhecimento Tradicional
Divulgação de fontes renováveis de energia, estratégia de comunicação sobre manejo sustentável e manejo integrado, divulgar experiências de manejo florestal com fins energéticos	Câmara Técnica de Comunicação e Formação e de Ciência, Tecnologia e Conhecimento Tradicional

3.5 Ambiente 5 - Funcionamento da CNCD

Conforme antecipado, o ambiente funcionamento pautou o debate sobre o regimento interno, definindo prazos para incorporar as sugestões dos membros da comissão e posterior envio para análise final com vistas ao debate e deliberação na próxima reunião da CNCD. Assim, o seguinte calendário foi definido:

1. A partir do dia 18 de junho até o dia 01 de julho incorporação das sugestões do plenário e envio para os membros do GT original, para contribuições;
2. Até 15 de julho manifestação dos conselheiros consultados.
3. Até dia 20 de julho consolidação das sugestões e envio para os demais membros da Comissão para análise e deliberação na reunião a ser realizada em agosto de 2013.

Ademais, a CNCD deliberou que o regimento deve pautar a realização de duas reuniões ordinárias anuais, alternando os locais sede – entre Brasília e os demais estados.

Ainda, aprovou a constituição de quatro câmaras técnicas, a saber:

- ✓ De Articulação, gestão e legislação;
- ✓ De Comunicação e formação;

- ✓ De Ciência, tecnologia e conhecimentos tradicionais e;
- ✓ De Revisão do PAN Brasil.

O Plenário indicou que dentre as Câmaras Técnicas a serem criadas, a de Articulação, gestão e legislação deveria assumir a elaboração de planejamento anual da CNCD, operando, inclusive, na perspectiva do acompanhamento e avaliação dos trabalhos de tal sorte a subsidiar a Comissão em processos de avaliação de resultados.

Obs1: recomendamos que o Secretariado mantenha diálogos com outros Conselhos, a exemplo do CONSEA, CONDRAF e CONAMA, para analisar como se organizam os trabalhos e como se dão os encaminhamentos dos temas e agendas apontadas pelas Câmaras Técnicas, utilizando de tais experiências para fortalecer a estruturação e funcionamento da CNCD.

Obs2: conforme mencionado no item 3.3 necessário dimensionar a equipe que estará apoiando a Secretaria Executiva da CNCD na realização das tarefas básicas, tais como comunicados com os membros do Colegiado, preparação de pautas de reuniões, organização de arquivos e documentos da Comissão, elaboração de resoluções e a devida publicação, apoio às Câmaras Técnicas na realização de reuniões de trabalho, dentre outras atividades cruciais ao funcionamento da CNCD.

4. Plano de Atividades (resumo das ações indicadas anteriormente)

Na expectativa de congregar parte das ações indicadas anteriormente, sobre as quais a CNCD aguarda encaminhamentos por parte da Secretaria Executiva da Comissão, como consequência das deliberações da III Reunião Extraordinária, elaboramos proposta de plano inicial de atividades para o 2º semestre de 2013 de tal sorte que a Comissão identifique que há uma estratégia em curso e, paralelamente, conduza a criação e organização das Câmaras Técnicas e que futuramente estabelecerão novas ações e agendas, bem como um plano de atividades para 2014.

Necessário também pautar, conforme havíamos alertado no documento anterior, que são inúmeras as atribuições de uma Comissão que quer ver resultados e ações efetivas na agenda de Combate à Desertificação, uma vez que envolvem diversos temas para debate, unidades da federação que devem ser consultadas, diálogos com órgãos com interface com o tema, bem como a estruturação para o devido funcionamento, o que requer participação efetiva em Câmaras Técnicas e em reuniões do colegiado, respaldados via comprometimento institucional.

Ademais, como também foi anteriormente alertado, o Secretariado deve se preparar para cumprir prazos, convocar reuniões em tempo hábil, elaborar e preparar

pautas, contratar serviços necessários, dentre outras ações, de tal forma a estabelecer uma rotina que coopere com CNCD para o alcance dos resultados esperados.

Compete também ao Secretariado avaliar, a partir dos debates promovidos pelas Câmaras Técnicas e encaminhamentos recomendados, a estrutura necessária para o devido apoio à CNCD, seja em termo de pessoal e/ou serviços.

Quadro V – Proposta de Plano Inicial de Atividades CNCD (2º semestre de 2013)

Atividade	Responsável	Data	Observações
1. Discussão e aprovação do regimento interno	Ambiente de trabalho Funcionamento da CNCD e Secretaria Executiva CNCD	IV reunião ordinária – agosto de 2013	Necessário envio aos membros do colegiado com 1 mês de antecedência
2. Debate e encaminhamento COP 11 (Relatório brasileiro)	Secretaria Executiva CNCD	IV reunião ordinária – agosto de 2013	Necessário envio aos membros do colegiado com 1 mês de antecedência
3. Análise e aprovação de resoluções	Secretaria Executiva CNCD	IV reunião ordinária – agosto de 2013	Necessário envio aos membros do colegiado com 1 mês de antecedência
4. Plano inicial de atividades CNCD	Secretaria Executiva CNCD	IV reunião ordinária – agosto de 2013	Apresentação em plenária
5. PL 2447/2007	Câmara Técnica Articulação, Gestão e Legislação e Secretariado	Setembro de 2013	Realizar agenda no Congresso Nacional verificando/debatendo tramitação do PL
6. Reuniões Câmaras Técnicas	Câmaras e Secretaria Executiva CNCD	V reunião ordinária – outubro de 2013	Constituídas na IV reunião ordinária
7. Debate Plano Safra Semiárido	Secretaria Executiva CNCD	V reunião ordinária – outubro de 2013	Necessária aprovação do plenário
8. Debate Pacto Semiárido	Secretaria Executiva CNCD	V reunião ordinária – outubro de 2013	Necessária aprovação do plenário
9. Resultados COP 11	Secretaria Executiva CNCD	V reunião ordinária – outubro de 2013	
10. Análise PPA e programas de conservação e	Câmara Técnica Articulação, Gestão e	Novembro de 2013	Necessário antecipar análise e interlocuções com gestores de

Atividade	Responsável	Data	Observações
recuperação de solos	Legislação		Programas para orientar os trabalhos da Câmara Técnica
11. Plano de comunicação	Câmara Técnica de Comunicação e Formação	Novembro de 2013	
12. Planejamento CNCD para 2014	Câmara Técnica Articulação, Gestão e Legislação	Janeiro 2014	
13. VI Reunião Ordinária CNCD	Secretaria Executiva CNCD	Fevereiro de 2014	Data a ser confirmada pela CNCD

5. Proposta de Resolução

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

RESOLUÇÃO N° xxx, DE xx AGOSTO DE 2013

A COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO - CNCD, reunida em Campina Grande, Paraíba, aos xxx de agosto de 2013, em sua IV Reunião Ordinária e tendo em vista o disposto no art. 9º do seu Regimento Interno, resolve constituir as seguintes Câmaras Técnicas para dar suporte às suas atividades temáticas, com as respectivas finalidades e composição:

1. Câmara Técnica de Articulação, gestão e legislação.

Finalidade: Estabelecer junto às políticas e programas governamentais, com interface na agenda de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos das Secas, rotinas de trabalho a partir de reuniões, estudos, análises, debates e outros meios capazes de subsidiar o Plenário, instância deliberativa da Comissão Nacional Combate à Desertificação - CNCD, no estabelecimento de articulações e proposições capazes de potencializar as ações previstas no Plano de Ação Nacional – PAN Brasil, bem como em relação aos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro no âmbito da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - UNCCD. Compete ainda à Câmara Técnica elaborar, anualmente, plano de atividades que viabilize os trabalhos

da CNCD, a análise sistemática do Plano Pluri Anual – PPA com o fim de promover o acompanhamento e avaliação dos Programas e Ações identificados como prioritários, a manifestação em relação a temas legislativos e identificados pelo Plenário como de interesse estratégico, bem como analisar o desenvolvimento dos Planos Estaduais de Combate à Desertificação, propondo providências.

Composição: dois representantes dos Estados com Áreas Susceptíveis à Desertificação, dois representantes da sociedade civil, três representantes de instituições públicas federais e um representante do Secretariado da CNCD (total 8 membros)

2. Câmara Técnica de Comunicação e formação.

Finalidade: Propor à Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD e sua Secretaria Executiva ações que viabilizem a comunicação entre os membros do colegiado, promover o fortalecimento da agenda de combate à desertificação nos instrumentos de comunicação utilizados por parceiros do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Secas – PAN Brasil, desenvolver estratégias de comunicação com a sociedade civil para a sensibilização quanto à temática de combate à desertificação no Brasil e identificar ações necessárias à formação e capacitação de agentes públicos e de comunicação para o fortalecimento da temática junto aos estados com áreas susceptíveis à desertificação e formadores de opinião.

Composição: Um representante de instituição pública federal, um representante de estado com áreas susceptíveis à desertificação, um representantes da sociedade civil e um representante da Secætaria Executiva da CNCD (total 4 membros).

3. Câmara Técnica de Ciência, tecnologia e conhecimentos tradicionais.

Finalidade: Promover debates, estudos e análises que subsidiem a Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD na identificação, apoio e promoção de tecnologias e atividades necessárias ao desenvolvimento de ações inovadoras de combate à desertificação e promotoras do uso sustentável dos recursos naturais, privilegiando a consulta e diálogo junto aos setores de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e planejamento estratégico, bem como o conhecimento tradicional desenvolvido pelas populações e suas organizações sociais que vivem em áreas susceptíveis á desertificação.

Composição: dois representantes de instituições públicas federais, dois representantes de estados com áreas susceptíveis à desertificação, dois representantes da sociedade civil e um representante da Secretaria Executiva da CNCD (total 7 membros).

4. Câmara Técnica de revisão do PAN Brasil.

Finalidade: Promover debates, estudos e análises capazes de subsidiar a Comissão Nacional de Combate à Desertificação nas proposições relativas à revisão do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Secas – PAN Brasil, constituindo ambientes de discussão e construção que privilegiem a participação da sociedade civil, dos estados com áreas susceptíveis à desertificação e de instituições públicas e privadas com potencial de atuação no PAN Brasil, bem como colaborar no compromisso brasileiro com o alinhamento do PAN Brasil à estratégia decenal da UNCCD.

Composição: três representantes de instituições públicas federais, três representantes de estados com áreas susceptíveis à desertificação, três representantes da sociedade civil e um representante da Secretaria Executiva da CNCD (total 10 membros).

IZABELLA TEIXEIRA

Presidente da CNCD

FRANCISCO CARNEIRO BARRETO CAMPELLO

Secretário Executivo da CNCD

6. Proposta de Agendas - IV e V Reuniões Ordinárias da CNCD (a serem realizadas em agosto e outubro de 2013)

Conforme manifestação do plenário, agendas da Comissão estão programadas para os meses de agosto e outubro de 2013.

Nesse contexto, e a partir das atividades a serem desenvolvidas (proposta), assim como compromissos do Ministério do Meio Ambiente/ Departamento de Combate à Desertificação em relação à UNCCD – COP 11, sugerimos:

- **Agosto de 2013 (reunião composta de três períodos)**

1º período – 3 horas de trabalho

- ✓ Boas vindas e deliberação da proposta de pauta (1 hora)
- ✓ Discussão e aprovação das atas de reuniões anteriores (30 min)
- ✓ Apresentação e aprovação da proposta de regimento interno (1h)

2º período – 4 horas de trabalho

- ✓ Fala dos conselheiros (1 hora)
- ✓ Secretaria Executiva da CNCD - Informes COP 11 (30 minutos)
- ✓ Secretaria Executiva da CNCD - Apresentação relatório do Governo Brasileiro em relação à COP 11 (1 hora)
- ✓ Debates e contribuições do plenário (1 hora)

Total: 3h30

3º período – 3h30 de trabalho

- ✓ Continuidade dos debates em relação ao relatório COP 11 (1 hora)
- ✓ Encaminhamentos (40 min)
- ✓ Discussão e aprovação de minutas de resolução (Câmaras Técnicas) com a indicação de representantes e entrega de proposta de plano de atividades para o 2º semestre de 2013 (1h30)
- ✓ Informes PL 2.447/2007 (20 min)
- ✓ Encerramento

Obs: Conforme estabelece o regimento interno, os assuntos a serem deliberados pela plenária devem ser enviados para conhecimento da Comissão com 30 dias de antecedência, bem como a pauta e atas de reuniões anteriores e não aprovadas.

• **Outubro de 2013 (reunião composta de quatro períodos)**

Os dois períodos iniciais seriam para reuniões das Câmaras Técnicas e os demais para reunião do Plenário.

1º e 2º períodos (8 h de trabalho)

- ✓ Reuniões das Câmaras Técnicas
- ✓ Reunião do Secretariado da CNCD com coordenadores das Câmaras Técnicas (organização das intervenções e pauta da CNCD)

1º período – 4 h de trabalho

- ✓ Boas Vindas, aprovação da pauta e fala dos conselheiros (1 hora)
- ✓ Apresentação MDA - Plano Safra para o Semiárido (40 min)

- ✓ Apresentação Casa Civil – Pacto/Plano para o semiárido⁶ (40 min)
- ✓ Debates (1 hora e 30 min)
- ✓ Encerramento dos trabalhos com convidados

2º período – 3 h de trabalho

- ✓ Informe COP 11 – resultados, debates e encaminhamentos (1 hora)
- ✓ Informes PL 2.447/2007 (20 min)
- ✓ Informe câmara técnicas - coordenadores (20 min cada – 60 min total)
- ✓ Encaminhamentos (40 min)

⁶ - Eventualmente, não havendo uma proposta a ser apresentada pela Casa Civil em relação ao Plano para o Semiárido ou pacto, conforme indicado pela CNCD, a apresentação poderia pautar as ações do Governo Federal no âmbito do combate à seca, ações coordenadas pela CC.